



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**PROVIMENTO N.º 015/2004**

**O Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão**, Desembargador JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 30, XLVI, "a" do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, que determina ser da sua competência expedir determinações, instruções e recomendações sobre as atividades judicantes do 1º grau;

**CONSIDERANDO** o elevado número de recursos interpostos contra liminares proferidas em ações cautelares e mandamentais, assim como antecipações de tutela em feitos de procedimento comum, pelos Juízes de Direito do primeiro grau, suspensas e/ou reformadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão;

**CONSIDERANDO** o abuso reiterado e má-fé processual das partes em litígio no manejo dos provimentos de urgência,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Na análise de pedidos de liminar ou antecipação de tutela, devem os magistrados de primeiro grau, ao optar por sua concessão, definir exatamente o âmbito de incidência da decisão, especificando o período de sua eficácia, máxime nas relações jurídicas continuativas, de trato sucessivo.

**Art. 2º** - Este provimento entra em vigor da data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 04 de agosto de 2004.

**Des. JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ**  
**Corregedor-Geral da Justiça**